



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 0001449-57.2014.8.17.0000 (0326943-6)

Agravante: Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA

Agravado: Life do Brasil Indústria e Comércio de Fraldas e Cosméticos LTDA

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. ART. 526, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. COMPROVANTE DE INTERPOSIÇÃO. AUSÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. NÃO SE CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO À UNANIMIDADE.

1. Com a edição da Lei n.º 10.352/2001, introduzindo o parágrafo único ao art. 526 do Código de Processo Civil, as diligências estabelecidas no 'caput' do aludido artigo passaram a ser obrigatórias, importando o seu descumprimento, desde que alegado e provado pela parte agravada, no não conhecimento do agravo de instrumento. Precedentes do STJ.
2. Propício, também, mencionar o pronunciamento do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, quando do julgamento do AgRg no AI 150.796/MG, em 24.3.1998, ao elucidar que, "*por mais justa que seja a pretensão recursal, não se pode desconhecer os pressupostos recursais. O aspecto formal é importante em matéria processual não por amor ao formalismo, mas para segurança das partes. Assim não fosse, teríamos que conhecer dos milhares de processos irregulares que aportam a este Tribunal, apenas em nome do acesso à tutela jurisdicional*".
3. Unanimemente, negou-se conhecimento ao Agravo de Instrumento.

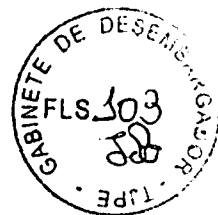
ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo de Instrumento nº 0001449-57.2014.8.17.0000 (0326943-6), em que figura como agravante **Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA** e como agravado **Life do Brasil Indústria e Comércio de Fraldas e Cosméticos LTDA**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 01 de julho de 2014, à unanimidade de votos, **deixar de conhecer** o agravo de instrumento por ser manifestamente inadmissível, nos termos do voto do relator.

Recife, 01 de julho de 2014 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



1ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 0001449-57.2014.8.17.0000 (0326943-6)

Agravante: Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA

Agravado: Life do Brasil Indústria e Comércio de Fraldas e Cosméticos LTDA

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO

Trata a hipótese de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo, formulado por **Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA**, em face de decisão lançada pelo Magistrado da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que, nos autos da ação de indenização proposta pelo mesmo, em razão de suposto uso indevido por parte do agravado da marca "TRELOSO", decidiu nos seguintes termos:

"Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado na exordial, em razão da ausência de verossimilhança da alegação, eis que não foi demonstrado nos autos que a semelhança das marcas está gerando confusão indevida pelos consumidores ou prejuízos para a reputação da marca da autora."

Insurge-se o recorrente contra tal decisão alegando que o direito de exclusividade sobre sua marca está sendo prejudicado/violado, em razão de ato ilícito perpetrado pela agravada, que passou clandestinamente (sem ser detentora da marca) a designar seu produto e o seu site com a marca registrada dela, recorrente.

É o relatório sucinto.

Inclua-se em pauta.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 0001449-57.2014.8.17.0000 (0326943-6)

Agravante: Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA

Agravado: Life do Brasil Indústria e Comércio de Fraldas e Cosméticos LTDA

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

VOTO

De logo, verifico óbice intransponível ao conhecimento do presente recurso.

Ocorre que, em sede de contrarrazões encartadas às fls. 59/87 dos autos, o agravado noticia, preliminarmente, que o agravante deixou de cumprir tempestivamente a providência contida no art. 526, *caput*, do CPC, atinente na comunicação, em 03 (três) dias, da interposição do agravo perante o juízo de 1º grau, com cópia do mesmo, comprovante de sua interposição e relação dos documentos que o instruíram.

Assim, pugna o agravado pelo reconhecimento da ausência de requisito de admissibilidade deste agravo de instrumento e, por consequência, pelo não conhecimento do mesmo.

De fato, segundo a certidão de fls. 100 dos autos, exarada pelo Chefe de Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, ***não consta dos autos quaisquer informações (acerca) de ajuizamento de AGRAVO DE INSTRUMENTO.***

Com efeito, o descumprimento do disposto no *caput* do artigo 526 do CPC implica inadmissibilidade do agravo, ***desde que arguido e provado pela parte agravada (parágrafo único), o que foi feito.***

Ao agravante incumbe o ônus processual de formar adequadamente o instrumento de agravo, inclusive com a comunicação de sua interposição ao juízo de origem no prazo legal.

Propício, também, mencionar o pronunciamento do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, quando do julgamento do AgRg no AI 150.796/MG, em 24.3.1998, ao elucidar que, ***"por mais justa que seja a pretensão recursal, não se pode desconhecer os pressupostos recursais. O aspecto formal é importante em matéria processual não por amor ao formalismo, mas para segurança das partes. Assim não fosse, teríamos que conhecer dos milhares de processos irregulares que aportam a este Tribunal, apenas em nome do acesso à tutela jurisdicional"***.

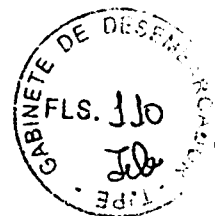
Nesse sentido a jurisprudência do Egrégio STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. ARTIGO 526 DO CPC, SOB A ÉGIDE DA LEI 10.352/2001.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**PRAZO PARA JUNTADA DA PETIÇÃO DE AGRAVO. NÃO CUMPRIMENTO.
CAUSA DE INADMISSÃO CONFIGURADA.**

1. Nos termos do parágrafo único do art. 526 do CPC, a ausência de juntada aos autos principais da petição de agravo de instrumento nos três dias subsequentes à interposição, no regime posterior à edição da Lei 10.352/2001, alegada e comprovada pelo embargado, é causa de inadmissão do recurso.

2. Rever o posicionamento do acórdão recorrido quanto à intempestividade da juntada de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição é vedado pela Súmula 7/STJ.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

(EDcl no AgRg nos EDcl no Ag 1168708/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 17/10/2012)

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 526, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.
COMPROVANTE DE INTERPOSIÇÃO. AUSÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DO
AGRAVO INTERPOSTO, NA ORIGEM, PELA PARTE ADVERSA.**

1. Com a edição da Lei n.º 10.352/2001, introduzindo o parágrafo único ao art. 526 do Código de Processo Civil, as diligências estabelecidas no 'caput' do aludido artigo passaram a ser obrigatórias, importando o seu descumprimento, desde que alegado e provado pela parte agravada, no não conhecimento do agravo de instrumento. Precedentes.

2. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1289663/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 526 e seu parágrafo único, ambos do CPC, deixo de conhecer o agravo de instrumento por ser manifestamente inadmissível.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator**